



ORIGINAL
ORIGINAL

Editor

Renata Baesso e Patrícia Samora

Apoio/Support

CAPES e do CNPQ (Processo 309179/2019-0).

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

18 fev. 2023

Versão final

10 fev. 2024

Aprovado

31 mar. 2024

Revista Espaço & Debates: contribuição aos estudos urbanos no Brasil

*Espaço & Debates journal: contributions to
urban studies in Brazil*

Thais Santiago Golla¹ , Ana Paula Koury¹ , Andréa de Oliveira Tourinho¹ ,
Fernando Guillermo Vázquez Ramos¹ 

¹ Universidade São Judas Tadeu, Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: A.P. Koury. E-mail: prof.anakoury@ulife.com.br

Como citar este artigo/How to cite this article: Golla, T.S. et al. Revista Espaço & Debates: contribuição aos estudos urbanos no Brasil. *Oculum Ensaios*, v. 21, e 247470, 2024. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v21e2024a7470>

Resumo

Este artigo discute o papel da revista Espaço & Debates na consolidação da sociologia urbana francesa marxista como fundamento incontornável dos estudos urbanos no Brasil. Aborda a contribuição da revista na institucionalização deste campo de estudos durante a redemocratização do país, que ocorreu nos anos de sua circulação. A pesquisa foi feita com a sistematização dos índices da coleção da revista e na seleção de material bibliográfico para análise. O objetivo do trabalho é contribuir para a compreensão dos fundamentos dos estudos urbanos no país. A pesquisa demonstrou que, além dos autores ligados à sociologia urbana marxista de origem francesa, a Revista combina um conjunto diverso de matrizes interpretativas sobre o processo urbano no Brasil, que ajudam a esclarecer as bases desse pensamento que se consolidou na Nova República.

Palavras-chave: Cultura contemporânea. Planejamento urbano. Redemocratização. Sociologia urbana marxista.

Abstract

This paper discusses the role of the Journal Espaço & Debates in consolidating French Marxist urban sociology as an unavoidable foundation of urban studies in Brazil. It addresses the magazine's contribution to institutionalizing this field of studies during the country's re-democratization, which occurred during the years of its circulation. The research was done with the systematization of the indexes of the collection of the magazine and on the selection of bibliographic material for analysis. The objective here is to contribute to the understanding of the fundamentals of urban studies in the country. The research showed that in addition to the authors linked to Marxist urban sociology of French origin, the magazine combines a diverse set of interpretive matrices about the urban in Brazil that help to clarify the bases of thinking about it in the New Republic.

Keywords: Contemporary culture. Urban planning. Redemocratization. Marxist urban sociology.

Introdução

Não há dúvidas sobre o impacto das revistas especializadas no âmbito da arquitetura e disciplinas correlatas, que, no Brasil, são publicadas desde os anos 1920,

com a pioneira Revista Brasileira de Engenharia, seguida pelas revistas Forma (em 1930) e Revista de Arquitetura (em 1934), todas do Rio de Janeiro. Em São Paulo, publicou-se a revista Acrópole, desde 1938. Houve importante leva de revistas nos anos 1950, com publicações do calibre de Habitat (de 1950), dirigida por Lina Bo Bardi, e Módulo (de 1955), dirigida por Oscar Niemeyer. Ainda que com o advento da ditadura militar praticamente todas foram fechadas – e se passou mais de uma década para que alguma voltasse a circular, como foi o caso da Módulo, que tornou a ser publicada em 1975, entretanto, fechou novamente em 1989 – essa produção exhibe a importância que a arquitetura, especialmente a moderna, teve no período. Contudo, e é este um dado sintomático, o Brasil não teve uma produção similar de publicações sobre o espaço urbano, sobre o planejamento ou, de forma geral, sobre urbanismo.

Assim, na retomada do mundo editorial de revistas de arquitetura, que deslanchou na segunda metade dos anos 1970, a publicação de uma revista como Espaço & Debates (E&D), iniciada em 1981, ela se destaca não só como uma novidade editorial, mas também evidencia a consolidação de um campo de pesquisa socialmente reconhecido: o da pesquisa acadêmica sobre o espaço urbano brasileiro.

Os anos 1970 foram de intensa observação e análise sobre o planejamento na América Latina, como comprovam os trabalhos de várias organizações internacionais: o *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social* (ILPES) ou a *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL), entre outras. A preocupação, à época, não era somente o subdesenvolvimento, mas também a urbanização acelerada que já era evidente e afligia tanto a governos, quanto a intelectuais. A pauta dos estudos urbanos possibilitava, assim, encarar uma proposta interdisciplinar como a da E&D.

Neste artigo abordamos a contribuição da E&D para o campo dos estudos urbanos no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, principal período de circulação da Revista. A pesquisa foi feita com base na sistematização dos índices da coleção e na seleção e análise de material bibliográfico. Dentro desse escopo, foi possível verificar a presença marcante dos autores provenientes da sociologia urbana francesa nas páginas da revista, bem como sua relação com a consolidação das pesquisas sobre o urbano², realizadas principalmente no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

Com uma proposta interdisciplinar, a Revista combinava um conjunto diverso de matrizes interpretativas com clara predominância da sociologia urbana francesa. A pesquisa ajuda a esclarecer os fundamentos dos estudos urbanos no Brasil, que se consolidou na Nova República. Como conclusão, o artigo considera que a E&D foi um dispositivo importante que contribuiu na constituição do campo dos estudos urbanos como uma área acadêmica tendo como base o materialismo histórico.

A revista Espaço & Debates

A revista E&D circulou entre 1981 e 2005, totalizando 46 números. Como registrado no editorial do segundo número, foi criada por um grupo de intelectuais ligados ao curso de Planejamento Urbano da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, que instituiu o Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU), um grupo independente, mas de fortes raízes acadêmicas,

² Entendemos as especificidades das dimensões do urbano e do regional tal como ensina Villaça (1998, p. 20): a primeira é estruturada principalmente pelo deslocamento das pessoas, seja como força de trabalho ou como consumidoras; enquanto a segunda estrutura-se, predominantemente, pelo “[...] deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral eventualmente até da mercadoria força de trabalho”.

responsável pela edição da revista desde a sua fundação até o último número. Criava-se, dessa forma, um canal de debate plural sobre o urbano, independente das universidades e dos órgãos diretamente ligados à administração municipal.

De acordo com a proposta editorial da revista, a E&D surgiu com a intenção de expor e contrapor tanto o pensamento como a prática dos estudos que tratam do urbano e do planejamento regional, procurando informar e problematizar o debate no Brasil. A abordagem incluía as dinâmicas econômica, política e ideológica, compreendendo que as ideias sobre o urbano influíam no planejamento e norteavam as diferentes formas de intervenção no espaço.

A Revista atraiu leitores interessados nos estudos urbanos, tanto do setor acadêmico quanto técnico, e publicou estudos, debates e pesquisas, com o objetivo de promover a recuperação da memória do planejamento no Brasil.

O grupo de intelectuais que formou o coletivo editorial do primeiro número era composto por 29 membros e permaneceu com poucas alterações até a 16ª edição da revista (1985), que depois passou a contar com apenas 13 membros. Durante o período de circulação, foram registrados 192 nomes que efetivamente participaram do coletivo editorial de algum número da revista. Destacamos 48 nomes recorrentes, isto é, que aparecem em pelo menos dez números e seus respectivos períodos de atuação (Figura 1).

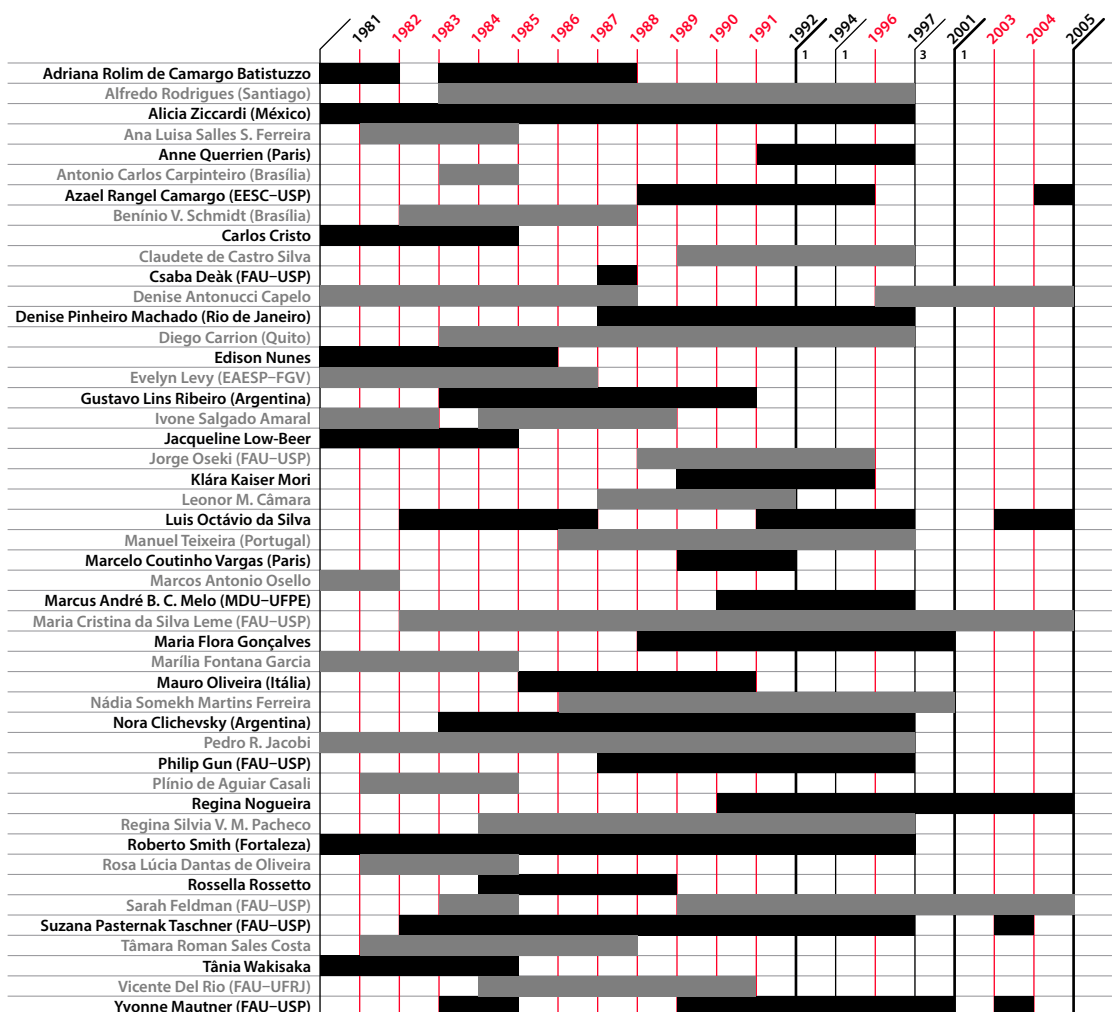


Figura 1 – Indicação dos nomes recorrentes no coletivo editorial de E&D.

Fonte: Elaboração da autora Thais Santiago Golla (2020).

A estrutura principal da revista era dividida em quatro seções: “Temas Urbanos e Regionais”, “Práticas Urbanas”, “Debates”, “Resenhas e Comunicações”. A primeira reunia textos teóricos sobre o urbano, abordando, principalmente, a crise urbana e regional. A segunda estava dedicada aos textos sobre relatos de experiências, examinando as manifestações coletivas e as práticas reivindicatórias que refletiam a dimensão política dessas intervenções públicas e privadas no espaço urbano. A sessão também trazia experiências de outras partes do mundo para contribuir com a discussão das questões contemporâneas no Brasil. A terceira apresentava discussões, depoimentos e entrevistas de quem atuava e contribuía para a reflexão sobre os temas tratados no número. A quarta pretendia divulgar obras de interesse para os estudos urbanos. Essa estrutura permanece regular até o número 11, quando a sessão “Artigos” substitui as duas primeiras.

Os primeiros cinco números da Revista circularam em um formato (fechado) de 14x21 cm. A capa variava a cor de fundo em cada número, e repetia um desenho de autoria de Marcos Antônio Osello. O desenho mostrava ao lado direito a perspectiva de uma cidade vertical genérica e, ao lado esquerdo (formando a contracapa), ruínas históricas imaginárias (Figura 2). No sexto número da primeira fase da Revista, o projeto gráfico sofre uma alteração, tendo seu formato (fechado) ampliado para 16x23cm. O título da Revista ganha destaque, e a capa assume um caráter abstrato com planos reticulados, cheios e vazios. A produção da capa adota a mesma solução padronizada dos primeiros números, variando apenas as cores e descrição do conteúdo de cada número. O coletivo editorial é também responsável pelo projeto gráfico da Revista, até 1988 (Figura 3).

A partir da 17ª edição (1986), a Revista passou a publicar números temáticos. A estrutura da revista permaneceu dividida em “Artigos”, “Debates”, “Resenhas e Comunicações” e ganhou uma “Seção Livre”, abrindo espaço para novas linguagens, incorporando percepções da cidade



Figura 2 – Capa do número 1 da revista Espaço & Debates.

Fonte: Acervo dos autores.



Figura 3 – Capa do número 6 da revista Espaço & Debates.

Fonte: Acervo dos autores.

de outras áreas de conhecimento. Outra atividade que ganhou importância no periódico foi a de “Comunicações”, que informava sobre eventos, teses, livros e publicações.

Ainda na mudança realizada na 17ª edição (1986), o editorial apresentava os critérios de escolha do tema a ser tratado em cada número, que refletiam uma preocupação de contextualizar a publicação da E&D, recuperando questões conjunturais balizadas pelo estágio da produção intelectual nos níveis nacional e internacional. A matéria do editorial apresentava o objetivo daquela edição que tratava sobre “o centro urbano”. O número anunciava os textos: “São Paulo na virada do Século”, de Raquel Rolnik; “Bairros centrais industriais de São Paulo”, de Ana Fernandes; “Anotações sobre o espaço e a vida cotidiana”, de Celina Albano e Nísia Werneck; “A territorialidade homossexual”, de Néstor Perlongher e “Notas sobre a intervenção da cidade existente”, de Nuno Portas. Já na 20ª edição, a primeira publicada no ano de 1987, o editorial buscou demarcar uma posição crítica. Destaca o artigo “Planejamento territorial para a transição na América Latina”, de José Luis Coraggio, e a transcrição de um debate sobre a Sudene com o subtítulo provocativo “Voltar a planejar?” Com contribuições dos economistas Francisco de Oliveira, Inaiá de Carvalho, Tânia Bacelar de Araújo e Sérgio Buarque.

A segunda fase da Revista durou de 1986 a 1997 (do número 17 ao 40). A partir do número 21, a Revista passa a contar com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT/Cnpq/Finep). Em 1988 (número 24), a Revista assume outra identidade visual. As capas continuam coloridas a cada número, mas agora as imagens também variam de acordo com a temática do número (Figura 4). A Revista perde alguns milímetros de altura e passa a medir 16x22,6 (formato fechado) e a produção gráfica passa a ser contratada. Em 1997 a Revista perde grande parte do coletivo editorial e o financiamento,

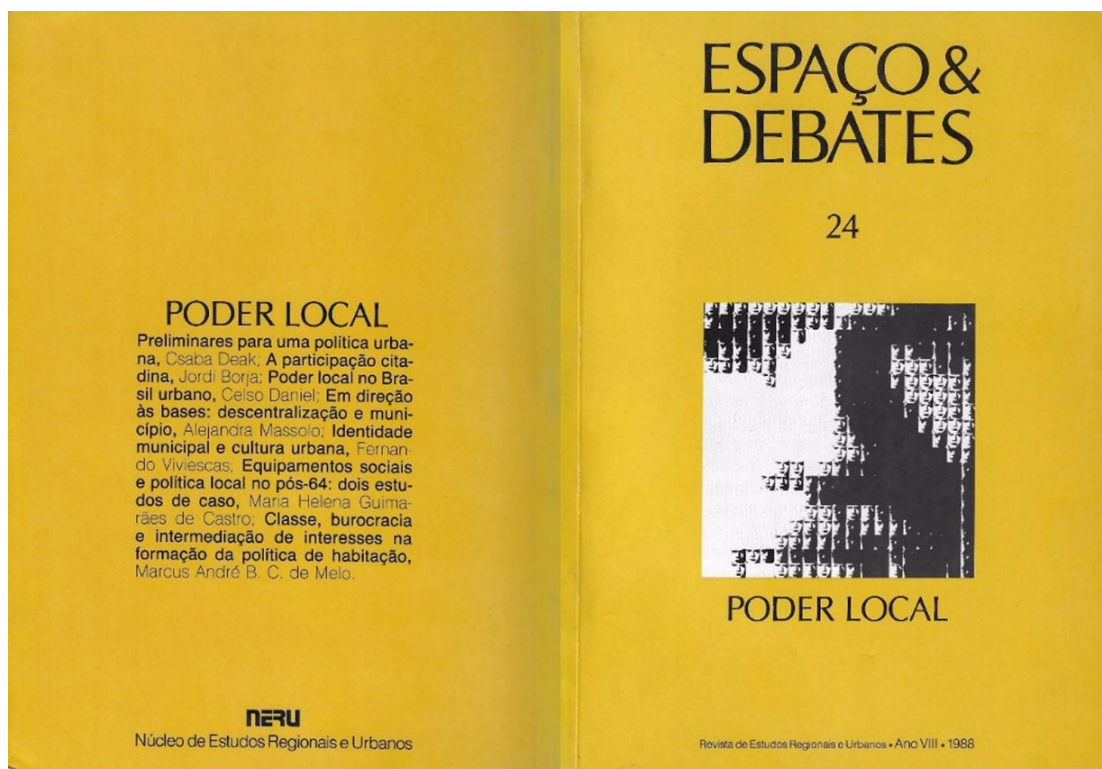


Figura 4 – Capa do número 24 da revista Espaço & Debates.

Fonte: Acervo dos autores.

enfrentando dificuldades para manter a sua periodicidade. São três anos entre o número 40 e o número 41 da Revista, que voltou a ser publicada apenas em 2000.

A Revista circulou com uma periodicidade regular, publicando de 2 a 4 números por ano, até 1992 (n. 36), quando ocorreu a primeira interrupção de um ano – afetada pelo impacto do período Collor de Mello. A recuperação do mundo editorial levou um tempo, e os dois números seguintes só vieram em 1994, no final do governo Itamar Franco. Já o número 39 sairia apenas em 1996 e o seguinte em 1997. A terceira e última fase da Revista é marcada pela interrupção de três anos entre o número 40 e o número 41, bem como por sua irregularidade. As sessões também ganham flexibilidade conforme o conteúdo a ser publicado: “Arquivo”, “Depoimento”, “Documento Fotográfico”, “Fórum”, “Resenhas” até a publicação dos dois últimos números da E&D, 45 (2004) e 46 (2005).

O impulso da redemocratização foi se aplacando a partir dos anos 1990 quando a Revista registra debates sobre os problemas econômicos e o início da desindustrialização. Outros assuntos como os impactos ambientais também vieram à tona, após a Conferência Rio-92, apesar de não ter perdido a qualidade dos artigos e a vitalidade dos debates e assuntos propostos que caracterizam a coleção, a Revista foi espaçando suas contribuições até deixar de circular em 2005.

A contribuição aos estudos urbanos durante a redemocratização

Durante os 46 números da revista E&D, foram publicados cerca de 280 artigos nas diversas seções da Revista. A sistematização dos títulos e autores permite identificar os assuntos que circularam na Revista no período da redemocratização do país, e o intenso debate sobre a política urbana que a acompanhou, pelo menos até o governo Collor de Mello.

As primeiras edições foram publicadas em 1981 e no ano seguinte, Mário David Andreazza, presidente do Conselho Nacional de Política Urbana, propunha ao Presidente da República um projeto de lei para implantar um projeto de reforma urbana no Brasil. O projeto, conhecido como PL 775 (Brasil, 1983) foi acompanhado de pareceres dos juristas Hely Lopes Meirelles e Miguel Reale. Esse documento é um marco histórico na institucionalização do debate sobre a reforma urbana no Brasil, em pauta desde o Seminário de Quitandinha de 1963 (Bonduki, 2018; Koury, 2013; Silva, 2011). A lei é comentada por Cândido Malta Campos Filho em 1986 (número 18), mas o tema da reforma urbana comparece apenas no número 37 sobre “A Cidade Brasileira no Século XX”, de 1994, em um artigo assinado por Ana Clara Torres Ribeiro, intitulado “Reforma urbana nos limites da modernização”.

A redemocratização brasileira ocorre em meados da década de 1980, no auge de um processo de concentração demográfica e vulnerabilidade nas grandes cidades brasileiras (Santagada, 1990; Brito, 2006), que confere à questão urbana um lugar de destaque na agenda política nacional. Desde o início, a revista E&D registrou os estudos sobre a crise urbana que acompanhava o debate acerca do marco regulatório da política urbana nessa época no Brasil. Por exemplo, o estudo sobre a crise dos transportes e os movimentos reivindicatórios nas periferias, publicado logo no primeiro número (Telles; Caccia-Bava, 1981), o texto sobre “O propósito da urbanização de favelas”, publicado na segunda edição (Valladares, 1981) e o artigo sobre autoconstrução, que aparece no terceiro número (Jacobi, 1981).

O tema do poder local *versus* a tecnocracia do estado também comparece desde os primeiros números da Revista, inclusive com duas edições temáticas, a 24ª edição (1988), intitulada “Poder Local” e, dois anos depois, a 30ª edição (1990) com o título “Governo Local e Democracia”. Esse mesmo número comemora os dez anos da Revista.

Provavelmente, a ligação da E&D com os temas da governança urbana era oriunda dos debates realizados no curso de mestrado em Planejamento Urbano da FGV, mas também se devia às preocupações intelectuais dos colaboradores nacionais e estrangeiros. Esses dois números mencionados trazem importantes reflexões sobre o poder local e o documento que registra a proposta de Reforma Administrativa da gestão da prefeita Luiza Erundina em 1990.

A Revista acompanhava a emergência dos movimentos sociais urbanos e os atores da política urbana brasileira, embora com certas ausências de registro sobre ações importantes do período. Por exemplo, a Assembleia Constituinte foi eleita em 1986 – em sua 19ª edição, no mesmo ano, a E&D publica um número especial sobre “A cidade na constituinte” – e, no ano seguinte, os trabalhos para a nova Constituição começaram. Já a instituição da Subcomissão da Questão Urbana e dos Transportes em 1987, que abrigou o debate sobre a regulamentação da questão urbana, não aparece em nenhuma edição da E&D.

Outro marco histórico da política urbana brasileira é a vitória das administrações municipais por partidos ligados ao projeto democrático popular que se elegem a partir de 1989, como foram os casos de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Santos, Santo André e Diadema. As experiências dessas administrações estão relatadas no número especial sobre governo local e democracia, no número 30 (1990), que apresenta as experiências de Santo André e São Paulo. Tais ações também foram relatadas, posteriormente, em artigos gerais em outros números da Revista (39, de 1996, e 41, de 2001). Entretanto, a experiência paradigmática do orçamento participativo em Porto Alegre, por exemplo, não foi um tema específico de nenhum artigo da Revista.

Em 2001, a E&D retoma a publicação abordando o tema das cidades globais, mostrando um engajamento nas questões de interesse internacional, que aparecem em “Aliança e competição

entre cidades” (n. 41, de 2001) e “Periferias revisitadas” (n. 42, de 2001). Porém, com a interrupção da Revista por mais um ano, debates como a aprovação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2002 e a criação do Ministério das Cidades já não podem mais ser acompanhados pelas páginas da Revista, muito embora os últimos números tenham saído ainda entre 2003 e 2005.

Contribuição à divulgação da sociologia urbana marxista

A E&D contribuiu também para os estudos urbanos no Brasil por meio de uma perspectiva interdisciplinar, reunindo abordagens das Ciências Sociais em geral e da arquitetura e urbanismo em particular, todas elas voltadas para o planejamento urbano compreendido como uma teoria e uma prática interdisciplinares.

Contribuíram para a revista sociólogos como Manuel Castells, Christian Topalov e Jean Lojkine, assim como Pedro Jacobi, Francisco de Oliveira e Lícia do Prado Valladares, bem como planejadores com uma larga experiência como Celso Monteiro Lamparelli e Flávio Villaça, e arquitetos e urbanistas como Ivone Salgado Amaral, Nádia Somekh Martins Ferreira, Maria Cristina da Silva Leme, Denise Antonucci Capelo, Luis Octávio da Silva, Rossella Rossetto e Sarah Feldman. Esses arquitetos foram, junto com Jacobi, os mais recorrentes no corpo editorial da E&D. Os artigos publicados pela revista construíram os fundamentos dos estudos urbanos no Brasil entre as décadas de 1980 e a primeira década do ano 2000, ainda que os anos 1990, como vimos, foram irregulares.

Nos estudos urbanos sobre São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980, o enfoque sociológico centrou-se basicamente em análises macroestruturais, de inspiração marxista, fundadas na priorização de causas econômicas e políticas, em que os problemas urbanos foram analisados sob a dinâmica de acumulação do capital. Este enfoque acompanhou a tendência internacional do predomínio da interpretação marxista nos estudos urbanos, em que a cidade foi definida como produto social, rejeitando-se as reflexões anteriores que a definiam como um dado da natureza, um conjunto de mecanismos de mercado, um objeto de planejamento ou ainda uma forma de cultura (Topalov, 1988).

Nesta direção do marxismo estrutural, dois caminhos prevaleceram: o da análise da cidade como espaço da reprodução da força de trabalho e do consumo coletivo, assim definido por Manuel Castells, e o da cidade como sistema produtivo, pautado por Jean Lojkine e Edmond Preteceille. Sobre esses estudos, Topalov (1988, p. 13) advertiu acerca da difusão de uma “escola francesa de sociologia urbana marxista”, cujo marco teórico se relacionava com problemáticas desenvolvidas em outros países, especialmente, na Grã-Bretanha e Itália, nos Estados Unidos, e em muitos países da América Latina.

Emilio Pradilla Cobos (1988, p. 43), analisando a fundamentação teórica dos estudos urbanos na América Latina, naquela época, confirma a presença da “escola francesa de sociologia urbana marxista”. Aponta a centralidade dos estudos de Manuel Castells e os vários caminhos interpretativos que esses adquiriram frente à realidade urbana dos países latino-americanos.

A corrente francesa, composta por autores como Topalov (publicado nos números 23 de 1988 e 29 de 1989), Lojkine (publicado nos números 1 de 1981 e 36 de 1992), Castells (publicado nos números 1 de 1981, 6 de 1982 e 17 de 1986), Lipietz (publicado nos números 7 de 1982, 12 de 1984 e 25 de 1988), Preteceille (publicado nos números 18 de 1986, 29 de 1989 e 45 de 2005), entre outros, exerceu uma forte influência em grande parte da discussão sobre o urbano no Brasil. Suas contribuições foram principalmente veiculadas no país através das páginas da revista E&D.

Acerca da grande presença que teve Castells sobre as pesquisas brasileiras, voltadas para a urbanização dependente, principalmente na década de 1970, Maria Flora Gonçalves resumiu muito bem a participação do sociólogo nas questões então em voga:

De um lado, discutia com seus colegas franceses, como Lojkine e Preteceille, questões típicas da urbanização em países de capitalismo avançado, como a gestão estatal, os meios de consumo coletivo etc., e de outro participava da discussão latino-americana sobre temas como a urbanização dependente, marginalidade e movimentos sociais urbanos. Não é sem razão que seus trabalhos marcaram sensivelmente a produção brasileira sobre a questão urbana (Gonçalves, 1989, p. 73).

Sem nenhuma dúvida, “A questão urbana” de Manuel Castells (1986) foi a obra que mais influenciou o pensamento crítico brasileiro sobre a cidade nos anos 1970 e início da década de 1980, concretizando uma base conceitual bastante sólida para as abordagens na linha editorial da E&D³.

A Revista se desenvolve, por outro lado, em um universo mais rico que o enfrentado por Castells nos anos 1970, quando precisou realizar um enorme esforço teórico para formular uma nova aparelhagem conceitual, pois carecia de ferramentas científicas para os estudos urbanos. Antes dos anos 1980, as pesquisas estavam presas a uma visão estritamente funcionalista, Castells e outros teóricos da escola francesa, da mesma maneira que os articulistas da E&A, chamam a atenção para a preocupação com a determinação das leis que pudessem explicar o processo urbano, uma vez que a complexidade das relações entre os diferentes elementos que conformam a estrutura da cidade excedia os modelos normalmente aplicados naquela época.

Outra vertente da sociologia francesa, o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, também esteve presente nas páginas da revista. Representante maior, segundo Topalov (1988, p. 9), de um humanismo crítico de versão marxista, Lefebvre foi rejeitado pelos estudiosos marxistas europeus na década de 1970. Sua concepção privilegiava os aspectos culturais e simbólicos na produção do espaço, o que levou Manuel Castells e Raymond Ledrut a lhe acusarem de deslocar o marxismo do campo das lutas de classe para o âmbito da cultura, produzindo, assim, uma concepção mais ideológica do que material do processo urbano.

No entanto, quando aparece pela primeira vez na E&D (n. 30, de 1990), o pensamento de Lefebvre já tinha passado a orientar determinadas linhas de reflexão sobre a cidade, sobretudo no campo da geografia (Abreu, 2002)⁴. Isto se deve especialmente a certa crítica aos estudos urbanos marxistas dos anos 1970, que foram taxados de economicistas⁵ na sua ênfase sobre os aspectos econômicos como determinantes da estrutura socioespacial e em detrimento da dimensão espacial. Por outro lado, a reflexão sobre as dimensões do espaço e do tempo em Lefebvre adquiriu um grande interesse por parte de alguns autores ainda hoje fundamentais nos estudos urbanos no Brasil, como o caso de Flávio Villaça (1929-2021).

³ Sobre o balanço dos estudos de Castells e Lojkine na E&D, acerca das questões vinculadas à urbanização e suas respectivas influências nos estudos brasileiros, ver: Gonçalves (1989, p. 67-79) e Leme e Pacheco (1989, p. 101-117).

⁴ Nos anos 1980, José de Souza Martins coordenou, no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH USP), uma série de seminários dedicados ao estudo da obra de Lefebvre. Nos anos 1990, pesquisadoras como Amélia Luisa Daminai, Ana Fani Alessandri Carlos e Odette Carvalho de Lima Seabra realizam, no Laboratório de Geografia Urbana (Labur) da mesma faculdade, estudos aprofundados do espaço e do urbano segundo uma ótica “marxista-lefebvriana” (Damiani; Carlos; Seabra, 1999).

⁵ O próprio Castells (1981, p. 2-3), no início da década de 1980, já se fazia esta autocrítica: “[...] na tentativa de corrigir a negligência sistemática [refere-se aos estudos anteriores aos marxistas] da determinação econômica da estrutura urbana nas sociedades capitalistas, os trabalhos da escola marxista (incluídos os nossos) insistiram sobretudo na lógica do capital e na função do urbano para reproduzir a força de trabalho. E, ainda que, certamente, se trate de aspectos decisivos no processo estudado, nossas investigações posteriores revelaram a importância dos fenômenos especificamente políticos, dos valores culturais e dos movimentos sociais na produção e gestão da cidade. Disto resulta que o economicismo de algumas formulações da sociologia marxista tenha que ser corrigido”.

Relação com os centros de estudos urbanos

A revista E&D ficou também associada às instituições de pesquisa que concentravam o pensamento sobre o planejamento, o urbanismo e a conceituação dos processos de urbanização no Brasil, na América Latina e na Europa, ainda que também nos Estados Unidos, onde alguns dos maiores intelectuais da época terminaram lecionando, sirva o caso de Castells como exemplo. Também é sabido que a sociologia urbana brasileira e a francesa, enquanto campos de estudos especializados, são tardios se comparados à norte-americana, cujo início se remete ao princípio do século XX, com a Escola de Chicago.

A constituição da sociologia urbana brasileira como disciplina especializada deu-se no final dos anos 1960, período marcado por um quadro autoritário e repressivo, que conduziu a uma politização dos estudos urbanos e direcionou o enfoque para os temas da segregação espacial e da desigualdade social.

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e os estudos sobre as periferias

A periferia passava, então, a ser o objeto privilegiado dos estudos urbanos realizados pelos sociólogos paulistas, entrando de vez na temática urbana através, sobretudo, das pesquisas realizadas pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) (Tourinho, 2004). O marco desse direcionamento é o estudo “São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza”, encomendado pela Arquidiocese de São Paulo. O estudo documentou as condições de vida na periferia da cidade e foi seguido por um conjunto de outras pesquisas que se tornariam referência básica para estudos posteriores sobre as condições de vida nas periferias metropolitanas. Parte dessa percepção da situação e importância das periferias foi divulgada nos primeiros números da E&D.

Nos anos 1970 e 1980, o Cebrap constituiu-se em um influente centro de análise teórica e de interpretação da realidade brasileira, consolidando-se como o principal polo de produção intelectual sobre o Brasil urbano. Alguns de seus integrantes colaboraram diretamente com a E&D, tanto no Coletivo Editorial quanto no de articulistas, como é o caso de Francisco de Oliveira. A perspectiva crítica e inovadora das análises sobre o urbano, desenvolvidas por meio de pesquisas financiadas, serviu de referência para várias vertentes da esquerda e do movimento democrático, embora, não poucas vezes, os trabalhos tivessem que responder às demandas das fontes financiadoras que delimitavam o desenvolvimento dos temas⁶.

As transformações sociais ocorridas a partir da segunda metade da década de 1960 provocaram o que Lahuerta (2001) chamou de ruptura com o quadro conceitual até então inquestionável e referenciado pelo nacionalismo, uma vez que a sociedade brasileira tinha visto o desenvolvimento econômico separar-se da democracia, realizar-se sob uma ditadura e desvincular-se de um projeto de autonomia nacional. Como resultado, transformaram-se não apenas o perfil da sociedade, mas, também, as interpretações vigentes sobre ela.

⁶ O Cebrap tinha o intuito de preservar o ambiente intelectual e a tradição de pesquisa que foram consolidados na Faculdade de Filosofia da USP, principalmente depois da assimilação do marxismo em sua agenda de pesquisa. A ruptura dos vínculos com a Universidade exigiu dos seus membros a renovação de suas práticas e de seu repertório conceitual, além do estabelecimento de novas relações institucionais e o estudo de temas que não faziam parte de sua rotina tradicional de pesquisa (Lahuerta, 2001). O grupo inicial do Cebrap era composto por quinze pesquisadores e se mantinha com verbas obtidas de organismos internacionais de fomento à pesquisa, tais como a Fundação Ford, nos primeiros três anos e meio, e depois o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de instituições nacionais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

A segunda geração de sociólogos da USP, aqueles formados na década de 1950 – e, em sua maioria, orientados de Florestan Fernandes, entre eles Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni – foi profundamente influenciada pela realização, no final dos anos 1950, do que ficou conhecido como “Seminário de Marx”, uma iniciativa que, segundo o cientista político Milton Lahuerta (2001), se tornaria uma referência para a cultura acadêmica de todo o país. O referido seminário, na realidade, consistia em um grupo de estudos organizado por professores da Faculdade de Filosofia da USP, liderados por José Artur Giannotti, e que congregou professores das Ciências Sociais, Filosofia, História e Economia, com o objetivo de estudar sistematicamente “O Capital” de Marx. A partir de então, o marxismo entra de vez na vida acadêmica brasileira. O seminário realizou-se no período de 1958 a 1964, que correspondeu a um momento de radicalização política e ideológica no país, no qual a luta pelas reformas de base mobilizava vários setores políticos e sociais (Rodrigues, 2019). Cabe salientar que a própria E&D contou, entre seus articulistas, com várias personalidades oriundas dessa geração.

Como resultado de todo esse processo, a produção dessa segunda geração de sociólogos da USP foi marcada por novas características – apesar de certas persistências, como a ênfase na estrutura social – enfraquecendo o tratamento transdisciplinar, antes valorizado, com a predominância da análise marxista no exercício teórico (Arruda, 1994).

Contudo, no final dos anos 1970, as diferenças teóricas e conceituais entre os intelectuais originários da Faculdade de Filosofia da USP já haviam adquirido conotação propriamente política, uma vez que a ampliação dos movimentos sociais, a relação com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a emergência de um novo movimento operário nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano (ABC) eram analisados de forma muito diferente pelos membros do Cebrap (Lahuerta, 2001).

Desta forma, em 1976, o cientista político Francisco Weffort se desliga do Cebrap e funda outro centro de pesquisas, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), congregando os intelectuais que saíram do Cebrap devido às divergências conceituais e, sobretudo, que se mantiveram contrários à posição de estabelecer fortes vínculos com o MDB.

O Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e os estudos sobre os movimentos sociais urbanos

Diversos membros do recém-criado Cedec, como o cientista social Pedro Jacobi e o cientista político Lúcio Kowarick, este inicialmente do Cebrap e depois do Cedec, contribuíram em mais de uma edição da revista E&D com temas relacionados à espoliação urbana, às lutas urbanas e aos movimentos populares.

Entre março de 1981 e fevereiro de 1982, pesquisadores do Cedec, Cebrap e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob a coordenação do Cedec, realizaram a pesquisa “Movimentos sociais urbanos: formas de organização e participação sociopolítica na Região da Grande São Paulo”. A equipe era composta por nomes como o já mencionado Pedro Jacobi e Raquel Rolnik, que participaram, em distintos momentos, do Coletivo Editorial da E&D, ou como colaboradores em algumas edições da revista. O trabalho tinha por objetivo promover conhecimento teórico e de campo sobre os movimentos sociais urbanos e o movimento operário, considerando os conflitos que tinham eclodido no final da década de 1970 e início de 1980 na Região Metropolitana paulista.

Entre os trabalhos produzidos pela pesquisa, destacam-se quatro artigos publicados por Jacobi na E&D: “Autoconstrução: mitos e contradições” (3ª edição, 1981); “Exclusão urbana e lutas

pelo direito à moradia” (7ª edição, 1982); “Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: participação, cooptação ou autonomia?” (9ª edição, 1983) e “Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática” (10ª edição, 1984).

Com efeito, a partir dos anos 1980, o processo de redemocratização no Brasil ofereceu maior visibilidade a múltiplos atores sociais, destacando os movimentos sociais urbanos nas grandes cidades e dando lugar às análises referentes à microdinâmica da sociedade civil, como se pode observar em vários artigos da revista E&D.

O Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e os estudos sobre o planejamento urbano

O campo acadêmico teve outro bastião importante na institucionalização dos estudos sobre o planejamento urbano na segunda metade da década de 1970, quando se iniciam as pesquisas no Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), cujos docentes, em grande parte, integrariam o Coletivo Editorial da revista E&D a partir de 1988, com nomes como Csaba Deák, Jorge Oseki, Maria Cristina Leme, Philip Gun, Suzana Pasternak Taschner, Yvonne Mautner, entre outros. Isto ocorreu no cenário político-institucional pós-64, no qual, segundo Gilda Collet Bruna (1993), foram produzidas novas demandas em relação ao planejamento urbano.

No bojo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) emanava a importância de se criar, no país, núcleos de excelência, que estudassem as necessidades de nosso desenvolvimento, o que levou o governo federal, por meio de seus organismos de Ciência e Tecnologia, a incentivar cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, principalmente em cinco universidades de alcance regional: as universidades Federais de Brasília, Rio de Janeiro, Pernambuco e Porto Alegre e a Universidade de São Paulo. E foi assim que a FAUUSP passou a receber incentivos para essas pesquisas.

O início do curso de pós-graduação na FAUUSP, em 1973, permitiu a utilização dos auxílios de pesquisa oriundos desse programa governamental. Também nos anos 1970, é o momento em que se assiste à institucionalização da profissão de “planejador urbano”, predominando, no momento da criação da Coordenadoria Geral do Planejamento (COGEP) – o órgão municipal da cidade de São Paulo, criado em 1972 –, a figura do arquiteto planejador: “[...] profissional que se forma a partir dos anos 50, no âmbito da intensa atuação das entidades de arquitetos, para a institucionalização de um sistema de planejamento em todos os níveis de governo” (Feldman, 1996, p. 178). Estes profissionais também se dedicaram ao ensino e à pesquisa de planejamento na referida universidade.

Paradoxalmente, o período compreendido entre 1976 e 1986 coincide com uma crise no planejamento que começa a se delinear no final dos anos 1970 e que correspondia a uma crise dos próprios planejadores, que, naquele momento, começaram a se perguntar o motivo pelo qual os planos eram sempre engavetados e que, descrentes do papel do planejamento, passaram a discutir o papel do Estado.

Começou a se generalizar um crescente sentimento de frustração quanto aos planos, uma vez que, mesmo vistosos em sua concepção, poucos eram efetivamente implantados e a distância entre a teoria e a prática do planejamento urbano tornava-se tão gritante, que já não podia mais ser ignorada. Virou lugar-comum os planos ficarem na prateleira. Por algum tempo, em uma atitude mais pragmática e modesta, elaboravam-se ainda planos setoriais – um sistema de saneamento, um

programa habitacional ou um plano de transportes – mas, com o abandono do segundo PND, em 1976, o planejamento urbano perdeu todo o vigor e “cessou com a recessão de 1982-83” (Deák, 1999, p. 13-14).

Nos anos de 1977 e 78, a crise dos planejadores ficava evidente tanto nos trabalhos apresentados na 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), quanto nos seminários realizados na Fundação de Administração Pública do Estado de São Paulo (Fundap) (Tourinho, 2004). Nos dois cenários, foi fundamental a figura do arquiteto Celso Lamparelli⁷ – que também publicou artigos na revista E&D –, então professor da Escola de Engenharia de São Carlos da USP e coordenador do núcleo de Administração do Desenvolvimento Urbano (ADU) da Fundap. Na referida reunião da SBPC, Lamparelli apresenta o trabalho “Metodologia do Planejamento Urbano”, em que denuncia o caráter essencialmente ideológico do planejamento urbano em sua pretensão técnica, em detrimento de um tratamento aprofundado das problemáticas e do aperfeiçoamento metodológico.

Nos referidos seminários promovidos pela Fundap, os trabalhos apresentados eram fundamentalmente marxistas na sua interpretação da produção do espaço. Lamparelli, enquanto coordenador do núcleo de ADU, muito contribuiu para os estudos urbanos realizados naquela fundação. Em 1978, Lamparelli, o engenheiro civil Azael Rangel Camargo – que foi membro, por um tempo, do Coletivo Editorial da E&D, entre 1989 e 1996 (números 27 a 39), retornando no último número em 2005 – e o arquiteto Pedro George realizaram uma pesquisa histórica em que a urbanização e os poderes públicos no Estado de São Paulo foram analisados a partir das ideias de Marx e do desenvolvimento destas por Jean Lojkine, que também figurou nas páginas da revista.

A influência de Lamparelli também chegou à FAUUSP, onde ele passou a lecionar e orientou uma série de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Com efeito, sua contribuição foi sentida por vários pesquisadores, como o arquiteto e urbanista Flávio Villaça (1988, p. 19), que, declarando sua crescente insatisfação com as teorias positivistas que predominavam na economia, na geografia e na sociologia urbanas, foi influenciado, a partir de 1975, pela orientação histórica materialista de Lamparelli, através de uma série de encontros, seminários e debates. A partir de 1979, a sua opção pelo materialismo histórico e dialético já estaria firmemente sedimentada e seria posteriormente consagrada no livro “O Espaço Intra-Urbano no Brasil”, publicado em 1998 pela Studio Nobel, em que se dá a forma de uma teoria a um conjunto de reflexões iniciadas ainda no final dos anos 1960 (Villaça, 1968).

Ainda que publicado no período de interrupção da revista, o livro foi resenhado logo em sua retomada em 2001 (n. 41). Ainda nos anos 1980, Villaça publicou dois artigos na E&D: “A Terra como capital (ou a Terra-Localização)” (n. 16, de 1985), que é uma contribuição central do pensamento do autor e, também, “As regiões metropolitanas e a Constituinte” (n. 19, de 1986). E já em 2004 (n. 45), em conjunto com outros autores, ele assina o artigo “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, Villaça chegou a orientar outros pesquisadores na FAUUSP, como as arquitetas e urbanistas Maria Cristina Leme e Sarah Feldman, que também integraram o Coletivo Editorial da E&D.

Considerações finais

A revista E&D representou um importante dispositivo para a consolidação dos estudos urbanos no país, no momento de ampliação dos programas de pós-graduação na área de ciências

⁷ Lembrando que, no final da década de 1950, Lamparelli (1995) foi membro da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), participando da pesquisa sobre a aglomeração paulistana, dirigida pelo Pe. Lebrecht.

sociais aplicadas. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que o Brasil elaborava o regramento de sua democracia arduamente negociada.

A análise e sistematização das contribuições publicadas nos 46 números da revista E&D permite acompanhar a consolidação de um campo de pesquisa acadêmico, mas com importante impacto no desenvolvimento das práticas urbanísticas, especialmente se pensamos na participação de editoriais e artigos da revista na vida política e social do país nos anos 1990 (Luiza Erundina, por exemplo), que ocorreu no auge de uma disputa política na qual o urbano era uma parte fundamental das discussões sociais.

A constituição dos estudos urbanos como disciplina, analisados pela lente da revista E&D, demonstra uma presença importante da visão sociológica, em especial da sociologia urbana francesa, com base marxista como a que foi discutida e apresentada neste texto. Entretanto, embora importante, essa vertente de estudos não foi hegemônica na Revista e conviveu com diferentes matrizes do pensamento sobre a cidade, como os estudos históricos e críticos difundidos a partir da Itália, com Aldo Rossi, Máximo Cacciari, Manfredo Tafuri, entre outros, ou ainda os estudos sociais do planejamento urbano difundidos a partir da CEPAL.

A revista não só foi um dispositivo de institucionalização da pesquisa acadêmica sobre o urbano – isto é, um vetor da crítica operativa, para se usar a terminologia de Tafuri –, mas um veículo aberto às perspectivas interpretativas que procuravam decifrar o lugar da cidade na teoria e na prática da contemporaneidade. No momento de consolidação da Nova República, pleno de conflitos e de contradições, a revista desde o início se propôs a “promover a recuperação da memória do planejamento do Brasil”, ação que, embora realizada por curto prazo, foi fundamental, pela sua riqueza e para a construção de uma interpretação mais justa e democrática da realidade urbana nacional.

Uma missão que se desdobrou muito além dos 46 números editados, mas que encontrou nesse espaço um dispositivo político para a sua própria institucionalização. Os 280 artigos publicados nas suas páginas são hoje parte dessa memória, uma parte importantíssima que merece a nossa atenção. Formam uma jazida de informações e, sobretudo, um acúmulo de ideias que ajudaram a construir o pensamento urbano no Brasil, sem o qual as políticas públicas, como o Estatuto das Cidades, não teriam sido possíveis.

Referências

- Abreu, M. A. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: Oliveira, L. L. (org.). *Cidade: história e desafio*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 42-59.
- Arruda, M. A. N. A trajetória da pesquisa na Sociologia. *Revista Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 315-324, 1994.
- Bonduki, N. G. *A Luta pela Reforma Urbana no Brasil*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.
- Brasil. *Projeto de Lei PL 775/1983*. Dispõe sobre os objetivos e a promoção do desenvolvimento urbano e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=182231>. Acesso em: 4 nov. 2020.
- Brito, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.
- Telles, V. S.; Caccia-Bava, S. O Movimento dos ônibus; a articulação de um movimento reivindicatório de periferia. *Espaço & Debates*, n. 1, p. 77-102, 1981.
- Castells, M. *Crisis urbana y cambio social*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1981.
- Castells, M. *La cuestión urbana*. México: Siglo Veintiuno, 1986.

- Cobos, E. P. Crise econômica, política de austeridade e questão urbana na América Latina. *Espaço & Debates*, n. 23, p. 31-49, 1988.
- Bruna, G. C. A pesquisa como força motora para o ensino de nossa arquitetura e de nosso urbanismo no período de 1976 a 1986. *Sinopses*, p. 24-30, 1993.
- Damiani, A. L.; Carlos, A. F. A.; Seabra, O. C. L. (org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- Deák, C. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: Deák, C.; Schiffer S. R. (org.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- Feldman, S. *Planejamento e Zoneamento*. São Paulo 1947-1972. 1996. 304 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- Gonçalves, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. *Espaço & Debates*, n. 28, p. 67-79, 1989.
- Jacobi, P. Autoconstrução: mitos e contradições. *Espaço & Debates*, n. 3, p. 21-44, 1981.
- Koury, A. P. A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou? *Vitruvius*, ano 14, n. 159.03, 2013. Arqtextos. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.159/4846>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- Lahuerta, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 14-15, 2001.
- Lamparelli, C. M. O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX e Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, n. 5, 1995.
- Leme, M. C. S.; Pacheco, R. S. A questão fundiária, imobiliária e os serviços urbanos: conceitos e referências teóricas em teses e dissertações recentes. *Espaço & Debates*, n. 28, p. 101-117, 1989.
- Rodrigues, L. S. Los marxistas brasileños: oposición e interdependencia de un espacio (1958-2014). Anuário del CeDInCI (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas). *Políticas de la Memoria*, n. 18, p. 169-185, 2019.
- Santagada, S. A situação social do Brasil nos anos 80. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990.
- Silva, S. R. M. *Transformações das abordagens urbanísticas e ambientais na gestão territorial brasileira: confluências e divergências no direito de propriedade, nos instrumentos de gestão e no desenho institucional*. 2011. 393 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- Topalov, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço & Debates*, n. 23, p. 5-30, 1988.
- Tourinho, A. O. *Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo*. 2004. 430 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- Valladares, L. P. O propósito da urbanização de favelas. *Espaço & Debates*, n. 2, p. 5-18, 1981.
- Villaça, F. J. M. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998.
- Villaça, F. J. M. *Pesquisa do uso da terra urbana e sua aplicação em planos locais integrados*. Rio de Janeiro: Arquitetura, 1968.
- Villaça, F. J. M. *Sistematização crítica da obra escrita pelo Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça sobre espaço urbano*. São Paulo, 1988. Tese (Livro-Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

Colaboradores

T.S. Golla colaborou com o levantamento e compilação de dados e desenvolvimento da pesquisa; A. P. Koury colaborou com a proposição do recorte científico do tema e pesquisa complementar sobre a revista espaço e debates; A. O. Tourinho colaborou com a proposição da relação da revista espaço e debates com o marxismo presente nos estudos urbanos e pesquisa complementar sobre o tema e F. G. V. Ramos colaborou com a proposição da relação da revista Espaço e Debates com as demais publicações da área na época e pesquisa complementar sobre o tema.